



Manejo Pedagógico de Comportamentos Desafiadores na Educação Especial e na Educação Infantil: Uma Abordagem Preventiva, Funcional e Inclusiva

Pedagogical Management of Challenging Behaviors in Special Education and Early Childhood Education: A Preventive, Functional and Inclusive Approach

Flávia Neves Silva Gradil

Vanuza Lago Souza

Viviane Anselmo de Souza

Resumo: O manejo de comportamentos desafiadores constitui uma demanda recorrente no cotidiano da Educação Especial e da Educação Infantil, especialmente quando manifestações como crises, fuga de atividades, comportamentos de confronto, recusa, choro intenso, comportamentos repetitivos ou dificuldades de autorregulação interferem na participação e na aprendizagem. Este estudo discute princípios e estratégias para o manejo desses comportamentos a partir de uma perspectiva preventiva, funcional, educativa e inclusiva. Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter bibliográfico e documental, fundamentado em literatura científica sobre avaliação e intervenção comportamental em contextos escolares, em documentos oficiais da educação brasileira e em normativas contemporâneas da Educação Especial. A discussão enfatiza que o comportamento deve ser compreendido em relação ao contexto, às demandas, às formas de comunicação disponíveis e às consequências que o seguem. Defende-se a organização do ambiente, o ensino de habilidades alternativas, o apoio à comunicação, a previsibilidade da rotina, o registro sistemático e a atuação colaborativa entre profissionais e famílias. Conclui-se que o manejo deve integrar o planejamento pedagógico inclusivo e a eliminação de barreiras à participação, e não constituir mecanismo de controle ou punição.

Palavras-chave: comportamentos desafiadores; educação especial; educação infantil; inclusão; análise funcional.

Abstract: Challenging behavior is a recurring demand in Special Education and Early Childhood Education, particularly when crises, task refusal, confrontational behaviors, intense crying, repetitive behavior, escape, or self-regulation difficulties interfere with participation and learning. This article discusses principles and strategies for managing challenging behavior from a preventive, functional, educational, and inclusive perspective. This is a qualitative bibliographic and documentary study based on scientific literature on behavior assessment and intervention in school settings, Brazilian educational policy documents, and current Special Education regulations. The discussion emphasizes that behavior should be understood in relation to context, demands, available communication skills, and consequences. Strategies include environmental organization, teaching alternative skills, communication support, predictable routines, systematic data collection, and collaborative work among professionals and families. It is concluded that challenging behavior management should be integrated into inclusive pedagogical planning and the removal of barriers to participation, rather than used as a mechanism of control or punishment.

Keywords: challenging behavior; special education; early childhood education; inclusion; functional assessment.

INTRODUÇÃO

A construção de uma educação inclusiva pressupõe mais do que a garantia formal de matrícula. Ela envolve a criação de condições para que crianças e estudantes participem das experiências educativas, estabeleçam relações, desenvolvam autonomia e tenham acesso às aprendizagens previstas para sua etapa de escolarização. Na Educação Infantil, essa tarefa assume particular importância, pois as práticas pedagógicas são organizadas a partir das interações e das brincadeiras e devem considerar o desenvolvimento integral da criança.

No cotidiano escolar, entretanto, profissionais podem encontrar comportamentos que dificultam a participação da criança em atividades, transições, momentos coletivos ou situações de interação. Choro persistente, gritos, comportamentos de confronto, fuga, recusa, arremesso de objetos, comportamentos repetitivos e outras respostas podem ser descritos como “comportamentos desafiadores”. A literatura especializada, contudo, recomenda que tais respostas sejam analisadas considerando suas relações com o ambiente e com as contingências que as mantêm, em vez de serem tratadas apenas como características pessoais da criança (Reyes-Martín; Simó-Pinatella; Font-Roura, 2022; Nesselrode *et al.*, 2022).

Essa mudança de perspectiva é particularmente relevante para a Educação Especial. O Decreto nº 12.686/2025, com as alterações posteriores do Decreto nº 12.773/2025, institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e orienta a organização do sistema educacional inclusivo com foco em acesso, participação, permanência, aprendizagem, acessibilidade e eliminação de barreiras. O mesmo marco normativo estabelece o estudo de caso como etapa necessária para a identificação das demandas, barreiras, potencialidades e apoios e determina que seu resultado fundamente o PAEE e o PEI (Brasil, 2025a; Brasil, 2025b).

Diante dessas condições, este estudo discute os princípios para compreender e manejar comportamentos desafiadores na Educação Especial e na Educação Infantil, com foco em práticas preventivas, ensino de habilidades alternativas, comunicação, organização ambiental, análise funcional e trabalho colaborativo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Realizou-se um estudo qualitativo, bibliográfico e documental orientado pela seguinte questão: quais princípios e estratégias apoiam o manejo ético, pedagógico e inclusivo de comportamentos desafiadores em contextos de Educação Especial e Educação Infantil?

Foram considerados artigos científicos e revisões sobre comportamento desafiador, avaliação funcional, intervenções baseadas na função do comportamento,

treinamento de comunicação funcional e participação de profissionais da escola, além de documentos normativos brasileiros relacionados à Educação Especial e à Educação Infantil. A análise foi organizada em quatro eixos: compreensão do comportamento; prevenção e organização do ambiente; intervenção e ensino de habilidades alternativas; e monitoramento colaborativo.

Não se pretendeu realizar uma revisão sistemática com estimativa de efeito. O propósito foi construir uma síntese teórico-prática que possa subsidiar a tomada de decisão pedagógica e o planejamento de apoios no cotidiano escolar.

COMPREENDENDO OS COMPORTAMENTOS DESAFIADORES

O termo “comportamento desafiador” abrange diversas respostas que podem apresentar riscos ou prejudicar a participação do estudante em atividades, transições ou interações. Por exemplo, uma criança que grita pode estar solicitando ajuda, tentando escapar de uma tarefa, pedindo um objeto, comunicando desconforto ou reagindo à sobrecarga sensorial.

A avaliação funcional parte justamente da necessidade de investigar relações entre eventos antecedentes, comportamento e consequências. Revisões da literatura mostram que procedimentos de análise funcional podem ser utilizados em contextos escolares e que formatos adaptados vêm sendo empregados quando as condições de tempo e recursos são limitadas (Nesselrode *et al.*, 2022). Essa perspectiva permite formular hipóteses sobre a função do comportamento e selecionar intervenções mais coerentes com as necessidades observadas.

É importante destacar que a identificação de uma possível função não significa reduzir a criança ao comportamento. Ao contrário, a análise funcional amplia a compreensão sobre o contexto e favorece a criação de oportunidades para que a criança desenvolva formas mais eficientes e socialmente adequadas de comunicar necessidades (Reyes-Martín; Simó-Pinatella; Font-Roura, 2022).

PREVENÇÃO: ORGANIZAR O AMBIENTE ANTES DA CRISE

Uma das estratégias mais importantes é deslocar o foco da intervenção exclusivamente reativa para a prevenção. Em ambientes previsíveis, acessíveis e emocionalmente seguros, muitas situações que antecedem episódios de desregulação podem ser modificadas.

Na Educação Infantil, isso significa organizar rotinas compreensíveis, sinalizar transições, oferecer escolhas possíveis, adequar a duração das atividades, alternar momentos de maior e menor exigência, garantir oportunidades de movimento e brincadeira e considerar características sensoriais e comunicativas individuais.

A BNCC estabelece, para a Educação Infantil, os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos não devem ser suspensos quando a criança apresenta comportamentos desafiadores. Ao contrário,

o planejamento deve buscar condições para que a criança permaneça participando das experiências, com os apoios necessários (Brasil, 2018).

Assim, a pergunta pedagógica deixa de ser apenas “como fazer o comportamento parar?” e passa a incluir: “o que podemos modificar no ambiente?” “Qual habilidade a criança ainda precisa aprender?” “Que forma de comunicação podemos ensinar?” e “Como podemos aumentar a participação com segurança?”.

AVALIAÇÃO FUNCIONAL E REGISTRO PEDAGÓGICO

O registro sistemático é uma ferramenta essencial para evitar decisões baseadas exclusivamente em impressões. Uma ficha simples pode organizar informações sobre antecedente, comportamento observado, consequência, contexto, duração, frequência e estratégias utilizadas.

O modelo ABC (Antecedente – Behavior/Comportamento – Consequência) pode auxiliar a equipe a identificar padrões. O antecedente corresponde ao que ocorreu imediatamente antes; o comportamento deve ser descrito de forma objetiva, observável e mensurável; e a consequência corresponde ao que ocorreu imediatamente depois. O objetivo não é culpar pessoas, mas identificar relações relevantes para o planejamento.

Quadro 1 – Modelo Abc para Registro Pedagógico.

Antecedente	Comportamento	Consequência
Professor anuncia mudança de atividade.	Criança grita e se deita no chão.	A atividade é adiada e o adulto negocia.
É apresentada uma tarefa com alta demanda verbal.	Criança empurra o material e se afasta.	A tarefa é retirada temporariamente.
O brinquedo preferido é guardado.	Criança chora e tenta recuperar o objeto.	Adulto devolve o brinquedo.

Fonte: elaboração das autoras.

Os exemplos acima não permitem concluir, isoladamente, qual é a função do comportamento. Eles servem para mostrar a importância de observar padrões. A hipótese funcional precisa ser construída com dados suficientes, considerando diferentes dias, atividades, pessoas e contextos.

ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO BASEADAS EM PRINCÍPIOS INCLUSIVOS

Ensinar uma Resposta Alternativa

Quando o comportamento tem função comunicativa, é fundamental ensinar uma alternativa que produza acesso semelhante de maneira mais funcional. A criança pode aprender a pedir ajuda, pausa, objeto, atenção ou mudança de atividade por

meio de fala, gesto, apontar, figuras, comunicação alternativa ou outros recursos.

Apoiar a Comunicação

A comunicação deve ser compreendida como parte do planejamento pedagógico. Intervenções de Treinamento de Comunicação Funcional associadas a recursos de comunicação aumentativa e alternativa apresentam resultados favoráveis em estudos realizados em contextos escolares, embora a literatura também aponte a necessidade de atenção à validade ecológica e às condições concretas de implementação (Walker *et al.*, 2018; Chezan *et al.*, 2024).

Reforçar Habilidades Socialmente Relevantes

Comportamentos adequados precisam produzir consequências que sejam relevantes. Quando a criança espera, pede, participa, aceita uma transição ou utiliza uma estratégia de autorregulação, o adulto deve reconhecer e fortalecer essa resposta. O reforçamento deve corresponder às preferências e necessidades individuais e evitar práticas mecânicas ou descontextualizadas.

Reduzir Demandas Desnecessariamente Difíceis

Adaptar não significa retirar expectativas de aprendizagem. Significa ajustar a forma de apresentação da atividade, quantidade de itens, tempo, linguagem, recursos visuais, possibilidades de resposta e nível de ajuda para que a criança consiga participar e avançar.

Preparar Transições

Mudanças de atividade podem ser especialmente difíceis para algumas crianças. Avisos prévios, rotinas visuais, contagem regressiva, objetos de referência, músicas de transição e escolhas limitadas são recursos simples que podem aumentar a previsibilidade.

MANEJO DURANTE SITUAÇÕES DE CRISE OU DESREGULAÇÃO

Durante uma crise, o objetivo imediato é garantir segurança e reduzir estímulos desnecessários. A equipe deve manter comunicação breve e clara, evitar confrontos, retirar riscos do ambiente, respeitar o espaço da criança quando possível e acionar os apoios previamente definidos pela escola.

Após a estabilização, retoma-se a análise do episódio. A equipe deve investigar o que antecedeu a crise, quais sinais surgiram antes do aumento da intensidade e quais estratégias foram empregadas. Devem-se identificar mudanças no ambiente que possam prevenir a repetição desses episódios. A crise também proporciona informações valiosas para aprimorar o planejamento.

Práticas humilhantes, ameaças, exposição pública, punições coletivas ou estratégias que aumentem a intensidade da situação não constituem respostas pedagógicas adequadas. O manejo deve preservar a dignidade, a segurança e os direitos da criança.

TRABALHO COLABORATIVO: QUEM FAZ O QUÊ?

O manejo de comportamentos desafiadores não deve ser atribuído exclusivamente ao profissional de apoio. A responsabilidade é institucional e pedagógica. O professor da classe comum permanece responsável pelo ensino; o AEE contribui com recursos e estratégias de acessibilidade e participação; a coordenação articula o planejamento e o acompanhamento; o profissional de apoio atua conforme suas atribuições; a família contribui com informações e parceria; e a rede intersetorial pode ser acionada quando houver demandas que ultrapassem a competência da escola.

O Decreto nº 12.686/2025, com alterações do Decreto nº 12.773/2025, reforça a articulação intersetorial, a participação da família, a oferta de apoios individualizados e a elaboração de documentos pedagógicos como PAEE e PEI derivados do estudo de caso. A garantia da oferta do AEE ao estudante não pode ser condicionada à apresentação de diagnóstico, laudo, relatório ou outro documento emitido por profissional de saúde (Brasil, 2025a; Brasil, 2025b).

ESPECIFICIDADES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Na Educação Infantil, o manejo de comportamentos precisa respeitar o momento do desenvolvimento e a natureza da etapa. A criança pequena ainda está aprendendo a nomear emoções, esperar, negociar, lidar com frustrações, comunicar desejos e compreender regras sociais. Por isso, comportamentos que parecem desafiadores podem indicar habilidades em processo de aquisição.

A BNCC estabelece as interações e a brincadeira como eixos estruturantes das práticas pedagógicas. Dessa forma, o planejamento de apoio deve preservar a participação da criança em experiências de brincadeira, exploração, convivência e expressão. O objetivo não é produzir uma criança que apenas obedeça, mas ampliar sua capacidade de comunicar-se, regular-se, participar e aprender (Brasil, 2018).

Para crianças do público da Educação Especial, esse princípio exige atenção às barreiras de comunicação, acessibilidade, processamento sensorial, mobilidade, compreensão de instruções e participação social. O apoio deve ser individualizado e continuamente reavaliado.

PROPOSTA DE PROTOCOLO ESCOLAR PARA MANEJO DE COMPORTAMENTOS DESAFIADORES

A escola é um espaço de aprendizagem, convivência e desenvolvimento, no qual diferentes formas de expressão e interação fazem parte do cotidiano. Diante de comportamentos que possam interferir na participação, na aprendizagem ou nas relações, é fundamental que a equipe escolar disponha de orientações que favoreçam uma atuação educativa, preventiva, acolhedora e coerente. Nesse sentido, o presente protocolo propõe um olhar para o comportamento a partir de sua descrição objetiva e de seu contexto, evitando julgamentos e rótulos e buscando identificar as necessidades e habilidades que podem ser ensinadas ou fortalecidas.

Definir objetivamente o comportamento observado, substituindo rótulos como “agressivo”, “malcriado” ou “desobediente” por uma descrição objetiva e operacional. Identificar contextos, horários, atividades, pessoas e demandas associados ao comportamento. Registrar antecedentes e consequências de forma objetiva; formular hipóteses sobre a função do comportamento sem transformar a hipótese em diagnóstico, identificar habilidades que precisam ser ensinadas ou fortalecidas, especialmente comunicação e autorregulação, planejar estratégias preventivas no ambiente e na rotina, ensinar uma resposta alternativa funcional e acessível, definir como os adultos responderão de maneira consistente, monitorar dados de frequência, duração, intensidade ou participação, conforme o caso, reunir a equipe periodicamente para avaliar resultados e ajustar o plano, dialogar com a família, preservando confidencialidade, respeito e corresponsabilidade, acionar a rede intersetorial quando houver necessidade que extrapole a atuação pedagógica da escola.

DISCUSSÃO

A literatura indica que intervenções baseadas na função do comportamento podem contribuir para reduzir comportamentos desafiadores e ampliar a participação de estudantes com deficiências e necessidades extensas de apoio. Meta-análises e revisões apontam a relevância de intervenções baseadas em avaliação funcional, treinamento de profissionais e ensino de habilidades alternativas (Lory *et al.*, 2020; Walker *et al.*, 2026).

Ao mesmo tempo, a transferência de princípios comportamentais para a escola exige cuidado ético e pedagógico. Uma intervenção não deve ser definida apenas pela redução da frequência de um comportamento. É necessário verificar se a criança passou a participar mais, comunicar-se melhor, ter acesso ao currículo, estabelecer relações e exercer maior autonomia. Reduzir uma resposta sem ensinar uma alternativa pode simplesmente deslocar o problema.

Outro aspecto relevante é a formação dos profissionais. Estudos recentes mostram variação na participação dos profissionais escolares no desenvolvimento e na implementação de intervenções baseadas na função do comportamento. Isso

reforça a necessidade de formação continuada, supervisão pedagógica, registros compartilhados e definição clara de responsabilidades (Walker *et al.*, 2026).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O manejo de comportamentos desafiadores na Educação Especial e na Educação Infantil deve ser compreendido como parte do trabalho pedagógico inclusivo. Em vez de centralizar a resposta na contenção ou na eliminação do comportamento, a escola precisa investigar o contexto, identificar barreiras, ensinar habilidades alternativas, ampliar a comunicação e organizar ambientes mais previsíveis e acessíveis.

A perspectiva funcional contribui para que a equipe formule hipóteses mais precisas sobre o que mantém determinado comportamento e, a partir disso, planeje intervenções coerentes. Na Educação Infantil, esse processo deve estar articulado aos direitos de aprendizagem, às interações, à brincadeira e ao desenvolvimento integral.

Conclui-se que uma escola inclusiva não é aquela em que todos os comportamentos considerados difíceis simplesmente desaparecem, mas aquela que desenvolve condições para que crianças e estudantes encontrem formas mais eficazes de comunicar-se, participar, aprender e conviver. O desafio institucional consiste em transformar situações de crise em oportunidades de compreensão, prevenção, ensino e fortalecimento da participação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF, 2025a.

BRASIL. **Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025**. Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF, 2025b.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão

da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015.

CHEZAN, L. C.; BAUER, A. M.; McCAMMON, M. N.; DRASGOW, E. **Functional communication training in schools: a systematic analysis of the evidence for ecological validity**. *Behavior Modification*, v. 48, n. 5-6, p. 502-536, 2024.

LORY, C.; MASON, R. A.; DAVIS, J. L.; WANG, D.; KIM, S. Y.; GREGORI, E.; DAVID, M. A meta-analysis of challenging behavior interventions for students with developmental disabilities in inclusive school settings. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 50, n. 4, p. 1221-1237, 2020.

NESSELRODE, R.; FALCOMATA, T. S.; HILLS, L.; ERHARD, P. Functional analysis in public school settings: a systematic review of the literature. **Behavior Analysis in Practice**, v. 15, n. 3, p. 958-970, 2022.

REYES-MARTÍN, J.; SIMÓ-PINATELLA, D.; FONT-ROURA, J. Assessment of challenging behavior exhibited by people with intellectual and developmental disabilities: a systematic review. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 14, 8701, 2022.

WALKER, V. L.; LYON, K. J.; LOMAN, S.; SENNOTT, S. A systematic review of Functional Communication Training (FCT) interventions involving augmentative and alternative communication in school settings. **Augmentative and Alternative Communication**, v. 34, n. 2, p. 118-129, 2018.

WALKER, V. L.; CARPENTER, M. E.; EDWARDS-BOWYER, M.; PINCZYNSKI, M.; AIONO-CONRADI, L.; SNODGRASS, M. R.; HARRIS, R. A systematic review of school personnel's involvement in function-based intervention for students with extensive support needs. **Behavior Modification**, v. 50, n. 5, 2026.